

"EDUCAÇÃO, VERGONHA NACIONAL"

Ibrahim Sued

É simplesmente incrível que o Governo do Professor Fernando Henrique Cardoso cobre imposto de renda de quem queira estudar, e dê isenção fiscal aos prejuízos causados por maus banqueiros. Parece mentira, mas, infelizmente, é verdade.

Eu explico: o projeto de lei que muda o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, em seu art. 7º, item II, letras b e c, estabelece um limite de dedução da renda bruta, relativos aos gastos com instrução de 1º, 2º, e 3º graus até o limite anual e individual de R\$ 1.500 para o contribuinte e seus dependentes, e de R\$ 1.080 por dependente até o limite de R\$ 1.500. A anuidade média para o ano de 1996 está calculada em R\$ 5.000.

Imagine-se um contribuinte, advogado, engenheiro, médico ou executivo, que pagou à PUC ou à FGV R\$ 3.000 por cursos de aperfeiçoamento que já não podem ser deduzidos e R\$ 5.000 por cada um de seus três filhos que cursam o 1º e 2º graus, totalizando, no ano, um gasto de R\$ 18.000. Os gastos com os cursos de inglês para os meninos atingiram os R\$ 5.600. Dessa forma, a instrução da família custou R\$ 23.600.

Diminuindo-se o limite de isenção, o contribuinte irá apresentar à tributação uma renda bruta de R\$ 22.100, sobre a qual, incidirá um imposto médio de 25%, no valor de R\$ 5.525 ou seja, R\$ 1.842 por filho.

Enquanto isso, o brasileiro, chocado porque descobriu que dar educação aos filhos, direito assegurado na Constituição, é motivo para pagar imposto, visto que o sistema da escola pública falou ou, em geral, é de péssima qualidade, leu nos jornais o aplauso da mídia às decisões do Conselho Monetário Nacional e silêncio total sobre a proposta de Medida Provisória, que permite a isenção de imposto de renda pelo banco comprador ou incorporador de instituição congênere, do valor do prejuízo a descoberto (rombo). Isto é, se for apurado que o Banco Nacional tem créditos incobráveis e por isso apresenta um patrimônio líquido negativo de R\$ 200 milhões, o Unibanco vai abater integralmente de seu imposto (não da renda bruta, do imposto mesmo), durante cinco exercícios, os mesmos R\$ 200 milhões. Assim, quem paga a conta é o Governo, e quem sustenta o Governo somos nós, contribuintes. Alguém se lembra de haver assistido na TV ao presidente do Banco Central afirmar que não haveria dinheiro público para cobrir rombos de bancos? Pois é: o Banco Nacional tem amigos santos e por isso não morrerá pagão.

O pior é que a regra se aplica também no caso do Banespa (rombo de R\$ 14 bilhões), no do Econômico (rombo de R\$ 3 bilhões) e no do Banerj (rombo de R\$ 5 bilhões) e em todos os casos das outras instituições financeiras estatais que seguem pelo caminho da falência.

E a Educação, senhores deputados e senadores? Será que alguma de Vossas Excelências não poderia emendar o projeto de lei que muda o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir o abatimento integral dos gastos com instrução?

Por que a CUT, que apóia a invasão da propriedade alheia por "sem-terra de passeatas", fabricados por radicais que ainda querem tentar uma revolução impossível no Brasil, botando fogo nos campos, não está promovendo marchas de protestos? Por que a UNE, cujos dirigentes vivem reclamando do preço das anuidades cobradas pelas instituições privadas, que são livres e imprescindíveis num regime democrático e que estão perdendo alunos pela pressão econômica sobre os pais, não se mobiliza em favor desses pais, apoiando a isenção integral das despesas de educação no imposto sobre a Renda?

Por que os partidos chamados de oposição, os Sindicatos e Associações representativas da sociedade civil não se manifestam contra esses dois projetos legislativos que beneficiam os banqueiros, mas, ao contrário, agravam a situação dos que têm de pagar pela educação, sua ou de seus dependentes?

Os dois projetos são, na realidade um modo de agravar a péssima distribuição de renda do País.